



CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento por CONSULTA PRÉVIA para a contratação de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações





CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento por CONSULTA PRÉVIA para a contratação de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações.

Índice

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS	3
Artigo 1º – Entidade adjudicante	3
Artigo 2º – Objeto.....	3
Artigo 3º – Local da prestação de serviços / de entrega	3
Artigo 4º – Prazo de execução	4
Artigo 5º – Obrigações principais do adjudicatário.....	4
Artigo 6º – Preço contratual	5
Artigo 7º – Condições de pagamento	6
Artigo 8º – Obrigações de sigilo	7
Artigo 9º – Proteção e tratamento de dados pessoais e Política de Privacidade	8
Artigo 10º – Penalidades	9
Artigo 11º – Resolução por parte da entidade adjudicante	9
Artigo 12º – Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Artigo 13º – Trabalhadores afetos à execução do contrato	10
Artigo 14º – Força maior	11
Artigo 15º – Avaliação de fornecedores	11
Artigo 16º – Legislação aplicável e foro competente.....	12
 PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	 13
Artigo 17º – Caracterização do serviço de <i>internet</i> , comunicações de telefone fixo e licenças <i>Microsoft Office 365</i> , para a Sede e Delegações.....	13
Artigo 18º – Caracterização do serviço de comunicações móveis – telemóveis e <i>internet</i> móvel	15
Artigo 19º – Resumo das características técnicas mínimas do serviço de comunicações.....	16



PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

Artigo 1º – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o CECO A – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins, pessoa coletiva n.º 501 791 949, com sede na R. da Sociedade Farmacêutica, n.º 3, 1169-074 LISBOA, telefone 213 112 400 e e-mail cecoa@cecoa.pt.

Artigo 2º – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos tem por objeto a celebração de contrato de **aquisição de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e internet (fixa e móvel) – Sede e Delegações**, sendo para tal adotado o procedimento pré-contratual de CONSULTA PRÉVIA, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações.

Artigo 3º – Local da prestação de serviços / de entrega

1. Os serviços de *internet* e comunicações de telefone fixo, para a Sede e Delegações, objeto deste contrato, servirão as instalações do CECO A nas seguintes moradas:

- a) **Sede** – R. da Sociedade Farmacêutica, N.º 3, 1169-074 LISBOA (Coordenadas aproximadas: 38.72460218480721, -9.14499429066156);
- b) **Delegação Centro** – Av. Fernão de Magalhães, N.º 676 - 4º, 3000-174 COIMBRA (Coordenadas aproximadas: 40.216851487620595, -8.436758439984935);
- c) **Delegação Norte:**
 - R. Alexandre Herculano, N.º 161, 4000-051 PORTO;
 - R. Alexandre Herculano, N.º 164, 4000-051 PORTO (Coordenadas aproximadas: 41.14373766095991, -8.6036813001007).

2. O novo equipamento associado à prestação do serviço de *internet* móvel deverá ser entregue nas instalações do CECO A, na seguinte morada:

Sede – R. da Sociedade Farmacêutica, N.º 3, 1169-074 LISBOA

Artigo 4º – Prazo de execução

1. O contrato de aquisição do serviço tem a duração máxima de 36 meses, com início desde a completa instalação de todos os serviços e termo a 31 de dezembro de 2027, não sendo possível a sua renovação.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
3. Só poderá ser iniciada a faturação quando todo o serviço estiver integralmente implementado.
4. O adjudicatário terá o prazo máximo de dois meses para executar os trabalhos prévios necessários ao início da prestação dos serviços objeto do contrato, não sendo devido qualquer preço enquanto os trabalhos prévios necessários não se mostrarem concluídos.
5. Caso todos os serviços objeto do contrato não se encontrem a funcionar na data-limite de 1 de março de 2025, assistirá ao CECO A o direito de considerar incumprimento contratual por parte do adjudicatário.

Artigo 5º – Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem, para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações, à entidade adjudicante, nas respetivas instalações da entidade adquirente, conforme as condições definidas neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem, total ou parcialmente, impossível a prestação dos serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Cumprir com as condições fixadas para a execução dos serviços, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo, competência e legislação em vigor;
- d) Não alterar as condições da prestação dos serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações, fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos. Toda e qualquer alteração, no que respeita aos serviços contratados, carece de uma aprovação, prévia, do CECO A;
- e) Prestar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;

- f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- g) Ao adjudicatário competirá, inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução e competindo-lhe ainda, a realização de todos os trabalhos acessórios que forem considerados necessários;
- h) Manter – durante a execução do contrato – todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

Artigo 6º – Preço contratual

1. O preço global para a celebração do contrato de aquisição de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações, não poderá ser superior a 38 304,00 € (trinta e oito mil, trezentos e quatro euros), valor a que acresce o IVA e considerando a seguinte distribuição (valores anuais máximos):

	2024	2025	2026	TOTAL
Valor s/IVA	12 768,00 €	12 768,00 €	12 768,00 €	38 304,00 €

- 2. O preço base resulta de **consulta preliminar** efetuada ao mercado, patente no processo.
- 3. Serão excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base indicado no número um do presente artigo.
- 4. Na proposta apresentada, para além da referência ao valor contratual total proposto, o adjudicatário deverá indicar obrigatoriamente o valor máximo anual proposto para cada um dos anos do contrato – considerando os limites referidos na tabela anterior.
- 5. Pela prestação dos serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 6. O valor das deslocações, às instalações referidas no art.º 3º deste Caderno de Encargos deverá estar incluído no preço contratual, não sendo aceites custos adicionais com deslocações, independentemente da sua periodicidade.
- 7. O valor das despesas de transporte dos equipamentos para as instalações da entidade adjudicante deverá estar incluído no preço contratual, não sendo aceites custos adicionais.

8. O preço referido no nº 1 do presente artigo inclui todos os custos, seguros, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja, expressamente, atribuída ao contraente público, nomeadamente, despesas de transporte, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, ou licenças, que serão da responsabilidade do adjudicatário.
9. Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Artigo 7º – Condições de pagamento

1. O pagamento referente à aquisição dos serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações, contratados será realizado mensalmente mediante a emissão de fatura(s)/recibo(s), ou documento(s) equivalente(s).
2. Da fatura deverá constar o respetivo número do compromisso (a fornecer aquando da adjudicação).
3. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas/recibos, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, ou a proceder à emissão de nova fatura/recibo corrigida(o).
4. A(s) fatura(s)/recibo(s) deverá(ão) respeitar as disposições e prazos legais relativos ao envio da fatura por via eletrónica, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril de 2020 e o artigo 299.º-B do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro de 2008.
5. No caso do fornecedor já se encontrar abrangido pela obrigatoriedade de envio de fatura eletrónica, a entidade adjudicante rececionará as faturas relativas ao fornecimento através de Intercâmbio Eletrónico de Dados – como requisito, pretende-se a receção de faturas por *EDI*, juntamente com o *XML*, o *pdf* da fatura. Não sendo possível, pretende-se a receção da transação por *EDI* (ficheiro *XML*) e *pdf* por outra via (por exemplo).
6. No sentido de facilitar a adesão ao envio eletrónico das faturas, o fornecedor deverá contactar a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. – atual fornecedora da solução de tratamento de faturas eletrónicas ao CECOA – que disponibilizará toda a informação técnica necessária para o envio de faturas eletrónicas, através de um dos seguintes mecanismos:
 - **Web:** <https://www.yetspace.com/pt/contactos>;
 - **E-mail:** sales@yetspace.com;



- **Telefone:** +351 253 149 253.

Artigo 8º – Obrigações de sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações de que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade do CECO, em virtude da execução do contrato, obrigando-se ainda a manter, sob estrita confidencialidade, as condições do contrato (bem como se compromete a tomar todas as medidas necessárias para que os seus funcionários e agentes se vinculem a igual obrigação) salvo se o CECO consentir, prévia e expressamente, à divulgação das mesmas ou se tais informações forem, ou se tornarem, do domínio público e desde que, neste caso, tal publicitação não tenha como causa a violação deste dever.
2. O adjudicatário tratará como confidencial toda a informação por ele devidamente identificada como tal, ou que pela natureza das circunstâncias que rodeiam a sua divulgação deva, em boa-fé, ser considerada como confidencial.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se como confidencial, independentemente da sua identificação como tal, toda a informação a que o segundo outorgante tenha acesso, relacionada com sistemas de informação, instalações, métodos de trabalhos e *core business* do CECO.
4. Carece de consentimento prévio, através do CECO:
 - a) A divulgação pelo adjudicatário de qualquer informação, sob qualquer forma, relacionada com o serviço a prestar, ou com qualquer outro de que venha a ter conhecimento;
5. Encontra-se excluída da presente obrigação de confidencialidade a informação que:
 - a) Tenha sido, prévia e legitimamente, divulgada por terceiros a qualquer um dos contraentes;
 - b) Se encontre disponível para o público em geral;
 - c) O adjudicatário tenha sido, legal ou judicialmente, obrigado a revelar, desde que observados os procedimentos estabelecidos para o efeito;
 - d) Seja conhecida do adjudicatário, que a revelou em momento anterior à celebração do contrato;
 - e) Tenha sido transmitida ao adjudicatário por uma terceira entidade, sem que lhe tenha sido imposta qualquer obrigação de confidencialidade.
6. O dever de confidencialidade mantém-se mesmo após a cessação do contrato.
7. O adjudicatário obriga-se ainda, durante a vigência do contrato, e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo CECO, ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

8. Existe ainda a obrigação do adjudicatário cumprir, rigorosamente, o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

Artigo 9º – Proteção e tratamento de dados pessoais e Política de Privacidade

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações, e ou elementos, que lhe hajam sido confiados, pelo CECOA, ou de que tenha tido conhecimento, no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso, ou lhe sejam transmitidos pelo CECOA ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das instruções do CECOA.

3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar, ou por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pelo CECOA, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo CECOA.

4. O adjudicatário obriga-se a cumprir, rigorosamente, o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, e demais legislação aplicável, em matéria de tratamento de dados pessoais, e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pelo CECOA, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto do contrato;
- b) Observar os termos e as condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados, quando aplicável;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional, relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras, relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o CECOA esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas, e de organização, necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do CECOA, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão, ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar, ao CECOA, toda a colaboração de que este careça para qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato, e manter o CECOA informado, em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar, de imediato, qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais, em matéria de proteção de dados



pessoais, ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) ao CECO A, quando aplicável;

5. A obrigação de sigilo prevista na alínea c), do número quatro, do presente artigo mantém-se, mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.
6. Quando aplicável, as partes ficam, desde já, autorizadas a comunicar o conteúdo do Contrato, bem como os elementos com eles relacionados, à Comissão Nacional de Proteção de Dados.
7. As informações relativas à Política de Privacidade e de Tratamento de Dados Pessoais poderão ser consultadas nas instalações do CECO A e no sítio *web* www.cecoba.pt.
8. Para exercer os seus direitos, o titular dos dados deverá contactar o CECO A, através de uma das seguintes formas colocadas ao seu dispor:
 - a. Dirigindo-se à sede do CECO A ou a uma das suas delegações;
 - b. Por *e-mail*, para o endereço dpo@cecoba.pt;
 - c. Mediante pedido escrito, endereçado a “Proteção de dados - CECO A”, para a morada Rua da Sociedade Farmacêutica, 3, 1169-074 LISBOA.

Artigo 10º – Penalidades

Caso se verifique atraso na prestação dos serviços, por razões imputáveis ao adjudicatário, que não resultem de força maior, será aplicada uma penalização diária de 2% (dois por cento) do valor da adjudicação, por cada dia de atraso, até ao limite de 20% (vinte por cento) do valor contratual – não sendo aceites alterações posteriores que levem à limitação do valor da responsabilidade referida anteriormente.

Artigo 11º – Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave, ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A entidade adjudicante pode rescindir o contrato logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.



4. Se a resolução for imputável ao adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos trabalhos afetados pela resolução e aquele por que vierem a ser de novo adjudicados.
5. Sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, consubstancia incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações:
 - a. Incumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Apresentação de proposta não válida, condicionada ou que possa ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;
6. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
7. A sanção de resolução ou suspensão é notificada ao adjudicatário por carta registada com aviso de receção com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

Artigo 12º – Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual, ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.

Artigo 13º – Trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Relativamente às regras referentes ao regime de contrato de trabalho aplicável aos trabalhadores afetos à execução do contrato, o adjudicatário, ao abrigo do disposto no n.º 1, do art.º 419º-A do CCP (no qual consta que «os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo») – conjugado com o n.º 13, do art.º 42º e com o n.º 2, do art.º 451º, ambos também do CCP – obriga-se a cumprir o imposto pela lei, nomeadamente no art.º 419º-A do CCP. Se a entidade contratante não cumprir o acordado contratualmente incorrerá em contraordenação.
2. De referir ainda que:
 - o n.º 3, do art.º 419º-A do CCP determina que «o disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho»;



- o n.º 4, do art.º 419º-A do CCP determina que «o disposto nos n.º 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão».

Artigo 14º – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem, materialmente, a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer, ou prever, à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Artigo 15º – Avaliação de fornecedores

1. A avaliação de fornecedores decorre continuamente, após cada compra de bens, ou serviços, de acordo com os seguintes critérios:
 - a) Cumprimento das especificações do produto/serviço definidas no pedido de compra/Caderno de Encargos;
 - b) Cumprimento dos prazos de entrega acordados;
 - c) Resposta a solicitações/reclamações;
 - d) Resposta em termos de garantia/assistência.
2. Cada uma destas situações é analisada tendo em conta o impacto que causou no funcionamento do CECOA e/ou dos seus clientes.



Artigo 16º – Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que não se encontrar expressamente previsto no presente Caderno de Encargos – e demais documentação contratual relativa ao presente procedimento – é aplicável a lei portuguesa.
2. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Artigo 17º – Caracterização do serviço de *internet*, comunicações de telefone fixo e licenças *Microsoft Office 365*, para a Sede e Delegações

1. A prestação de serviços de *internet*, comunicações de telefone fixo e licenças *Microsoft Office 365*, para a Sede e Delegações, objeto deste Caderno de Encargos, deve obedecer às seguintes características (mínimas):

I. Designação dos locais:

- Sede: Rua Sociedade Farmacêutica, 3 | 1169-074 LISBOA;
- Delegação Norte: Rua Alexandre Herculano, 164 | 4000-051 PORTO;
- Delegação Centro: Av. Fernão de Magalhães, 676- 4º | 3000-174 COIMBRA.

II. Características, equipamentos e serviços que a proposta deve englobar:

a) Sede:

- Infraestrutura de fibra ótica *Internet* | 700/700 Mbps;
- *VPN MPLS* exclusiva entre a SEDE e as Delegações | 200/200 Mbps;
- Todos os equipamentos necessários para ligação do serviço:
 - *Router Internet*;
 - *Router VPN MPLS*;
 - Outros equipamentos de suporte para o bom funcionamento das redes de voz e dados;
- Rede de telefone fixo:
 - 1 Acesso primário com a numeração 213112400 / 99;
- Serviço de manutenção de toda a infraestrutura de rede e dos respetivos equipamentos (*routers*, telefones, *etc.*) deverá ser no regime 24h x 7dias x 4h.

b) Delegação Norte:

- Infraestrutura de fibra ótica *Internet* | 400/400 Mbps;
- *VPN MPLS* exclusiva entre a SEDE e a Delegação Norte | 100/100 Mbps;
- Todos os equipamentos necessários para ligação do serviço:
 - *Router Internet*;
 - *Router VPN MPLS*;
 - Outros equipamentos de suporte para o bom funcionamento das redes de voz e dados;

- Central telefónica virtual:
 - 1 telefone com funções para telefonista + 6 telefones simples;
 - Numeração 223392680 / 9;
- Serviço de manutenção de toda a infraestrutura de rede e dos respetivos equipamentos (*routers*, telefones, *etc.*) deverá ser no regime 24h x 7dias x 4h.

c) Delegação Centro:

- Infraestrutura de fibra ótica *Internet* | 400/400 Mbps;
- *VPN MPLS* exclusiva entre a SEDE e a Delegação Centro | 100/100 Mbps;
- Todos os equipamentos necessários para ligação do serviço:
 - *Router Internet*;
 - *Router VPN MPLS*;
 - Outros equipamentos de suporte para o bom funcionamento das redes de voz e dados;
- Central telefónica virtual:
 - 1 telefone com funções para telefonista + 6 telefones simples;
 - Numeração 239851360 / 9;
- Serviço de manutenção de toda a infraestrutura de rede e dos respetivos equipamentos (*routers*, telefones, *etc.*) deverá ser no regime 24h x 7dias x 4h.

d) Disponibilizar, na Sede e Delegações, uma gama de 8 IP's públicos em cada local;

e) Gestão e renovação do domínio cecoa.pt;

f) Funcionalidades gerais da solução Voz IP:

- Música em espera;
- Função chefe-secretária;
- Grupos de captura de chamadas;
- Reencaminhamento seletivo de chamadas;
- Transferência de chamadas;
- Funções de *call park*, *call hold*, *call resume*, *call return*, *recall* e *do not disturb*;
- Serviço de *3-way conference*;
- Filas de espera para grupos de atendimento;
- Atendimento automático;
- *IVR*;
- *Time conditions*;
- *Voice-mail*;
- Barramentos por utilizador;



- Códigos de autorização por utilizador.

NOTAS:

- Equipamento que serve os serviços de *Internet* e *VPN MPLS*: Atualmente existem dois equipamentos em utilização e são solicitados dois equipamentos, para a prestação de serviços;
- Não se pretende integrar as extensões fixas do *PABX* da Sede com os da Central telefónica virtual.

III. Microsoft Office 365 – 60 licenças para trabalhadores:

- a) 60 Licenças - *Office 365 A3 for faculty*;
- b) 60 Licenças - *Microsoft Entra ID P1 for faculty*.

IV. Linhas dedicadas:

- a) 1 para Elevador – Sede;
- b) 1 para Central Incêndio – Sede;
- c) 1 para Central Incêndio - Delegação Norte;
- d) 1 para Central Incêndio - Delegação Centro.

NOTAS:

Relativamente à linha dedicada para o elevador - Sede:

- O serviço destina-se, exclusivamente, para comunicações por voz;
- O que se pretende é uma linha dedicada, para ficar ligada ao elevador, para ser utilizada em caso de emergência. Não são necessários telefones, nem central fixa;
- A linha tem de funcionar mesmo quando existem falhas de energia. Deve ser uma linha de acesso com destino fixo imediato programado.

Artigo 18º – Caracterização do serviço de comunicações móveis – telemóveis e *internet* móvel

1. Os serviços a contratualizar incluem obrigatoriamente (condições mínimas):

- **Serviço de comunicações móveis de voz** – 1 cartão pós-pago de voz móvel, com 4 000 minutos e 4 000 SMS, mensais, para todas as redes nacionais;
- **Serviço e novo equipamento de *internet* móvel**: 1 cartão pós pago de dados de banda larga + 1 equipamento de *internet* móvel (*router* móvel 4G) – com *plafond* de tráfego de dados ilimitado.

2. Relativamente ao cartão pós-pago de voz móvel – no caso de alteração de operadora – após a adjudicação será efetuado pela entidade adjudicante um pedido de portabilidade do número em utilização.

3. O prestador de serviços deverá disponibilizar à entidade adjudicante – junto com a faturação a remeter mensalmente – ou através do acesso a uma área reservada, via plataforma *web* – informações que permitam efetuar uma análise detalhada dos consumos e da faturação enviada – relatórios detalhados, com discriminação, por cartão, do histórico de comunicações de voz – sendo o prazo de pagamento das faturas o previsto no presente Caderno de Encargos.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.
5. Para os serviços propostos de comunicações móveis de voz deverá ser disponibilizado o acesso a uma funcionalidade de alerta (automático) ao utilizador, sempre que o valor máximo do *plafond* de comunicações mensais estabelecido pela entidade adjudicante esteja a ser atingido (ex.: aviso por *SMS*, *e-mail*, ou via plataforma de utilização do dispositivo).
6. Os concorrentes devem também enviar o preçário associado à prestação de serviços de *roaming*, indicando a tarifa específica para cada zona de tarifário.
7. O tarifário proposto para o serviço de *internet* móvel deverá incluir o custo da respetiva ativação (caso exista), assim como qualquer outro encargo associado à sua ativação e normal funcionamento.

Artigo 19º – Resumo das características técnicas mínimas do serviço de comunicações

1. Para o contrato de prestação de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) para a Sede e Delegações do CECOA devem ser asseguradas as seguintes características técnicas (mínimas) dos serviços:

Características Técnicas Mínimas		
Sede Lisboa	Fibra ótica <i>Internet</i>	700 / 700 Mbps
	VPN MPLS Exclusiva ao CECOA	200/200 Mbps
	Voz	1 Primário Numeração: 213112400 / 99
Delegação Centro Coimbra	Fibra ótica <i>Internet</i>	400 / 400 Mbps
	VPN MPLS Exclusiva ao CECOA	100/100 Mbps
	Serviço de comunicações de voz fixa e equipamentos	Central telefónica virtual 1 telefone telefonista 6 telefones simples Numeração: 239851360 / 9
Delegação Norte Porto	Fibra ótica <i>Internet</i>	400 / 400 Mbps
	VPN MPLS Exclusiva ao CECOA	100/100 Mbps
	Serviço de comunicações de voz fixa e	Central telefónica virtual

	equipamentos	1 telefone telefonista 6 telefones simples Numeração: 223392680 / 9
Serviços de comunicações Sede e Delegações	Rede Fixa mesmo operador (Local) Rede Fixa mesmo operador (Nacional) Rede Fixa Outros Operadores (Local) Rede Fixa Outros Operadores (Nacional) Rede Móvel Rede Móvel Outros Operadores	A mensalidade deve incluir 4000 minutos de tráfego por canal (Devem ser enviadas as tabelas com os custos por minuto / SMS após a utilização dos 4000 minutos)
Instalação e manutenção de toda a infraestrutura de rede e dos respetivos equipamentos (<i>routers</i> , telefones, <i>etc.</i>) no regime 24h x 7dias x 4h		
Serviço de correio eletrónico para colaboradores		60 Licenças - <i>Office 365 A3 for faculty</i> 60 Licenças - <i>Microsoft Entra ID P1 for faculty</i>
Serviço de comunicações móveis de voz (1 cartão pós-pago)		O cartão deve incluir: Serviço de voz / SMS - 4 000 minutos/SMS mensais, para todas as redes nacionais. (Devem ser enviadas as tabelas com os custos por minuto / SMS após a utilização dos 4 000 minutos)
Serviço e equipamento de internet móvel		<i>Router 4G</i> para acesso à <i>internet</i> 1 cartão pós pago de dados de banda larga com <i>plafond</i> de tráfego de dados ilimitado
Serviço de comunicações		1 para Elevador - Sede 1 para Central Incêndio - Sede 1 para Central Incêndio - Delegação Norte 1 para Central Incêndio - Delegação Centro

2. A proposta deve contemplar o fornecimento de todos os equipamentos para ligação da solução, a instalação, a manutenção de toda a infraestrutura de rede e dos respetivos equipamentos (*routers*, telefones, *etc.*). Com um nível de disponibilidade do serviço de 99,5%, com tempos médios de reparação previstos de 4 horas (24h x 7dias x 4h).

3. As características técnicas do serviço objeto deste contrato, referidas nos números anteriores, são as características mínimas para a elaboração da proposta. Podem sempre ser acrescentadas outras informações consideradas relevantes para a proposta.